



**ILUSTRÍSSIMA COMISSÃO ESPECIAL PARA SELEÇÃO DE PARCEIRO PRIVADO  
DO SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO**

**PSPP Nº 1405/2021**

**PROCESSO Nº 1405/2021**

**SERPRO/SEDE**

**SONDA PROCWORK INFORMÁTICA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.733.698/0001-66, estabelecida à Rua Dom Aguirre, 576 – Andar I – Bloco II – Jardim Marajoara na cidade de São Paulo/SP, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, por seu representante, com fundamento no item 7.1 do edital, interpor

**RECURSO ADMINISTRATIVO**

contra a decisão que habilitou e classificou a empresa **PENTAGONO TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI**, segundo as razões de fato e de direito em seguida aduzidas.

## **1. DAS RAZÕES RECURSAIS**

### **1.1 Preâmbulo**

Trata-se de Chamamento Público, cujo edital PSPP nº 1405/2021 teve como objeto, na forma do art. 17 do Regulamento de Contratação de Parcerias em Oportunidades de Negócio do SERPRO, a realização de chamamento público destinado a selecionar pessoa jurídica de direito privado, adiante chamadas de interessadas, para, em parceria com o SERPRO, explorar oportunidade de negócio de Solução de Gestão de Contratos e Processos (GCP).

O referido edital foi publicado em 25/11/2021, e estipulou como prazo final para encaminhamento das propostas técnicas, a data de 24/12/2021.

Ao final, apenas 02 (duas) empresas encaminharam documentação, manifestando interesse na contratação, quais sejam a SONDA PROCWORK INFORMATICA LTDA e a PENTAGONO TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI.

Da análise efetuada pelo SERPRO, seguindo a disposição do Anexo C, item C.1.1, no qual será verificado o atendimento de todas as condições estabelecidas no Edital e Anexos, concluiu-se que a PENTAGONO auferiu a porcentagem máxima na classificação (100%), por se entender que “as evidências apresentadas foram suficientes para comprovar o atendimento integral dos requisitos”.

No entanto, a PENTAGONO não observou todas as normas do edital, sobretudo no que diz aos requisitos do ANEXO B - FORMA E CONTEÚDO DA PROPOSTA TÉCNICA E SEUS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO.

Não obstante esses fatos, a Interessada Recorrida ainda assim foi classificada em primeiro lugar no chamamento público, o que fere a legalidade, como será explicitado em tópico seguinte.

Registre-se que o administrador público zeloso e diligente deve observar todo o conjunto de regras ético-jurídicas que dão conteúdo e finalidade ao Chamamento Público, o que, todavia, não aconteceu no presente caso, fato que será demonstrado adiante.

O presente recurso é destinado, portanto, a apontar as irregularidades que maculam a decisão que habilitou a Interessada Recorrida no processo, a fim de que sejam assegurados os princípios e as garantias esculpidas no ordenamento jurídico vigente, sendo necessário, para tanto, o reconhecimento do equívoco havido quanto ao resultado havido neste Chamamento Público, concernente à declaração da Recorrida como melhor classificada.

## **1.2 Do Não Atendimento aos Requisitos Funcionais Previstos no ANEXO B**

### ***(Violação aos Princípios da Vinculação ao Instrumento Convocatório e do Julgamento Objetivo)***

Conforme já exposto, a SERPRO, ao fazer sua análise seguindo a disposição do Anexo C, item C.1.1, no qual será verificado o atendimento de todas as condições estabelecidas no Edital e Anexos, conclui que a PENTAGONO auferiu a porcentagem máxima na classificação (100%), porque “as evidências apresentadas foram suficientes para comprovar o atendimento integral dos requisitos”.

Entretanto, conforme disposto abaixo, a PENTAGONO deixou de observar as exigências do edital contidas no ANEXO B, o que, se analisado corretamente, certamente haverá alteração do resultado que concedeu a porcentagem máxima de classificação à empresa PENTAGONO. Veja-se:

### **B.2 Requisitos funcionais**

#### **(...) B.2.1 Orquestrador de aplicações que permita as parametrizações e interoperabilidades diretas entre os bancos de dados, fluxos de trabalho e formulários eletrônicos; [Peso 1]**

Acerca do item B.2.1, o conceito apresentado é um orquestrador de tarefas e funcionalidades. Não se mostram explícitas as interoperabilidades diretas entre os bancos de dados.

**(...) B.2.11 Encontro de Contas de Contratos Administrativos, saldo de contratos, saldo de empenhos; [Peso 3]**

O Saldo de vigência contratual referido no item B.2.11 não acompanha e mesma temporalidade dos saldos de empenhos que são de janeiro a dezembro de cada ano.

As telas apenas apresentam totais de Contrato, Orçamentário e Financeiro. Não há distinção destas temporalidades, requisitos fundamentais para o controle dos contratos públicos.

Outrossim, não é explícito a expressão controle de saldo de itens de contrato, mas pode-se inferir que tais quantitativos devem constar dentro dos controles essenciais de saldos do contrato. Com a prerrogativa da Administração Pública de impor sanções, a fase de fiscalização durante a execução do contrato é imprescindível para verificar a correta execução do objeto, de modo que pagamentos sejam realizados para liquidação do contrato, demonstrados com exatidão cada item executado, ou, conforme o caso, para orientar as autoridades competentes a necessidade de serem aplicadas sanções ou em casos extremos, se exauridas as tentativas de sanar, possíveis irregularidades ou desajustes de itens contratados, aplicar unilateralmente a rescisão contratual.

**(...) B.2.14 Inteligência de negócio para permitir a identificação dos Contratos Administrativos que serão classificados para serem fiscalizados de forma contínua e em conformidade com a IN - Instrução Normativa 05 - IMR - Instrumento de Medição de Resultados; [Peso 2]**

Referente ao item B.2.14, verifica-se que uma tela que mostre o histórico de renovações não demonstra uma inteligência de identificação, pois a capacidade de decisão está no usuário.

O item menciona "em conformidade com a IN 05", portanto, é possível percorrer a Norma e identificar descrições de ações omissas na demonstração do requisito em relação a Norma.

**(...) B.2.18 Funcionalidade para instruir os registros de ocorrências IMR com fator multiplicador de reincidência em um determinado período, processamento com cálculos automatizados, multas, glosas e rescisão contratual com base no histórico de medição dos IMRs; [Peso 3]**

Referente ao item B.2.18, conforme se verifica, claramente não está explícito fator multiplicador de reincidência.

**B.2.19 Funcionalidade para vincular todas as unidades descentralizadas participe do processo licitatório e instruir os processos de fiscalização eletrônica de forma unificada, centralizada, monitorada e gerenciável pela unidade gestora que instruiu o processo de licitação; [Peso 3]**

No tocante ao item B.2.19, não está explícito a hierarquia de aplicação de parâmetros de fiscalização de forma unificada, que se aplica descentralizadamente e depois é gerenciada centralizadamente.

**(...) B.2.21 Funcionalidade para realizar a convergência e consolidação dos resultados de uma determinada medição central e das descentralizadas e processar valor líquido de serviços prestados e devidamente fiscalizados e instruir as fases remanescentes financeiras do Contrato Administrativo para realização de pagamentos ao fornecedor/prestador de serviço; [Peso 3]**

No que se refere ao item B.2.21, não está explícita a convergência e consolidação dos resultados de uma determinada medição central e das descentralizadas.

**(...) B.2.28 Gerenciador de casos e permitir ao usuário que está logado no sistema ter acesso a todos os casos em andamento que foram atribuídos a ele e/ou ao seu departamento. Deve permitir a identificação da totalidade das pendências do usuário, e que usuários administradores possam ver todos os casos, identificar gargalos, delegar, priorizar e outras atividades gerenciais; [Peso 1]**

Além de tudo, no item B.2.28, não está explícito casos em andamento que foram atribuídos a seu departamento. Ainda, não está explícito que usuários administradores podem ver todos os casos, identificar gargalos, delegar, priorizar e outras atividades gerenciais.

A análise e classificação da Interessada Recorrida configura afronta aos princípios da **vinculação ao edital e do julgamento objetivo** previstos no art. 31 da Lei nº 13.303/2016, tendo em vista que tal decisão técnica não observou, com exatidão, os critérios técnicos exigidos no Edital.

Antes de debater sobre a inobservância desses princípios, cumpre ressaltar a importância das normas editalícias para qualquer procedimento licitatório, eis que o instrumento convocatório é o principal regulamento direto e específico do certame.

Outrossim, não menos importantes são os documentos exigíveis para a classificação e a habilitação e, também, os critérios de avaliação e julgamento dos requisitos técnicos, os quais devem constar expressamente do edital, de forma clara e objetiva, a fim de que as empresas possam, com antecipação, providenciar os documentos necessários a sua participação, bem como para que a própria Administração se submeta aos parâmetros normativos exigíveis no regulamento, garantindo-se, desse modo, a impessoalidade, a isonomia, o julgamento objetivo e, por fim, a legalidade do certame.

À luz do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, previsto no art. 31 da Lei nº 13.303/2016, as normas do edital devem ser plenamente observadas tanto pelo particular quanto pela Administração Pública, veja-se:

“Art. 31. As licitações realizadas e os contratos celebrados por empresas públicas e sociedades de economia mista destinam-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e a evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento, devendo observar os princípios da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, **da vinculação ao instrumento convocatório, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo**.” (Grifo nosso)



Nesse sentido, não pode a Administração deixar de cumprir as regras do edital arbitrariamente ou por mera vontade, tampouco criar ou exigir o cumprimento de normas diversas das que foram estabelecidas no referido instrumento, sob pena de causar insegurança jurídica e descrédito quanto à probidade do certame.

Sob esse enfoque, a documentação apresentada pela Interessada Recorrida não comprovou o pleno atendimento das exigências técnicas editalícias, razão pela qual jamais poderia ter sido declarada “vencedora”, com atingimento de 100% dos itens requeridos em edital.

**O julgador desconsiderou inteiramente os requisitos estatuídos no item B.2 e seguintes do Edital,** violando, desse modo, o princípio da vinculação ao edital, o qual regulamenta que o administrador deve se submeter exatamente ao que foi previsto no instrumento convocatório.

Segundo o renomado doutrinador Marçal Justen Filho, em seu livro “Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos”, Editora Dialética, 15ª edição, pág. 73: *“Editado o ato convocatório, o administrado e o interessado submetem-se a um modelo norteador de sua conduta. Tornam-se previsíveis, com segurança, os atos a serem praticados e as regras que os regerão. (...) O procedimento de licitação reduz drasticamente a liberdade de escolha do administrador”*.

Ainda no tocante ao princípio da vinculação ao edital, pertinente é a lição de Hely Lopes Meirelles, em sua obra intitulada Licitação e Contrato Administrativo, Editora Malheiros, 13ª ed. de 2002):

**“Vinculação ao edital: a vinculação ao edital é princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado.** O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu (art. 41)”. (Negritou-se)

Além disso, **houve violação também ao princípio do julgamento objetivo**, amparado pelo mesmo art. 31º da Lei nº 13.303/2016, diante da indevida avaliação documental, sob a ótica normativa.

Sobre o princípio do julgamento objetivo, vale dizer que uma das principais finalidades da licitação é a competição livre pautada em normas as quais devem ser seguidas por todos os participantes igualmente, cujo julgamento deve ser fundado em critérios objetivos, fato que vincula a atuação do pregoeiro aos exatos termos do edital e que evita a escolha subjetiva do vencedor.

No caso, a indevida flexibilização de norma realizada pelo julgador, caracterizada na aceitação de descumprimento de requisito técnico referente às exigências contidas no item B.2 do edital, gerou consequente violação ao dever de julgar objetivamente a documentação apresentada pela Interessada Recorrida, configurando, enfim, ilegalidade da decisão que a habilitou.

Note-se, ainda, que a flexibilização de normas acarreta também violação à isonomia, visto que configura o favorecimento indevido à Interessada Recorrida.

Assim sendo, impõe-se o reconhecimento da inobservância dos itens do edital cometida pela PENTAGONO, a qual demonstrou não possuir capacidade para execução do objeto deste Edital, por ser medida necessária ao restabelecimento da legalidade deste certame.

Saliente-se que a regularidade da interessada que participa de um chamamento público é fundamental, indispensável, não podendo ser admitida uma análise que deixou de observar as faltas cometidas por uma das interessadas.

Pelos motivos acima exposto, configura-se demonstrando que a PENTAGONO não apresentou todas as evidências para comprovar o atendimento aos requisitos técnicos, de modo que deve ser a SONDA a empresa a explorar a oportunidade de negócio de Solução de Gestão de Contratos e Processos, por obter a maior pontuação nos requisitos de qualificação técnica.



## 2. CONCLUSÃO

Ante o exposto, a empresa SONDA PROCWORK INFORMÁTICA LTDA. requer a **anulação da decisão classificou** a PENTAGONO TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI, por sua inaptidão técnica.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

**SONDA PROCWORK INFORMÁTICA LTDA.**

  
EDMUNDO PASSINI (21 de January de 2022 18:12 GMT-3)

**Gerência Nacional de Licitações**  
**Edmundo de Mendonça Passini**  
**Diretor Comercial CO/TO/N/NE**  
**RG: MG 4747475 - SSP/MG**  
**CPF: 138.312.988-66**  
**☎ (61) 3247-3948 / (61) 99104-7242**  
**✉ [gsv@sonda.com](mailto:gsv@sonda.com)**






# CHAMAMENTO PÚBLICO PSPP N. 1405.2021 - RECURSO SONDA 20.01.2022

Relatório de auditoria final

2022-01-21

Criado em:	2022-01-21
Por:	Ana Paula Bezerra Monteiro (ana.paulab@sonda.com)
Status:	Assinado
ID da transação:	CBJCHBCAABAAmLqPDSVnIPotFH4vopWeVg4BwpE1hWTo

## Histórico de "CHAMAMENTO PÚBLICO PSPP N. 1405.2021 - RECURSO SONDA 20.01.2022"

-  Documento criado por Ana Paula Bezerra Monteiro (ana.paulab@sonda.com)  
2022-01-21 - 21:07:03 GMT- Endereço IP: 189.6.21.215
-  Documento enviado por email para EDMUNDO PASSINI (edmundopassini@sonda.com) para assinatura  
2022-01-21 - 21:07:31 GMT
-  Email visualizado por EDMUNDO PASSINI (edmundopassini@sonda.com)  
2022-01-21 - 21:11:47 GMT- Endereço IP: 104.47.55.126
-  Documento assinado eletronicamente por EDMUNDO PASSINI (edmundopassini@sonda.com)  
Data da assinatura: 2022-01-21 - 21:12:14 GMT - Fonte da hora: servidor- Endereço IP: 189.61.79.224
-  Contrato finalizado.  
2022-01-21 - 21:12:14 GMT